

## RELATÓRIO E CONTAS DA ATIVIDADE DE 2021 CENTRO SOCIAL DO PEGO



Handwritten signatures and initials in the top right corner, including what appears to be 'C. L. L. L.', 'J. L.', and 'L. L.'.

O exercício de 2021, continuou a ser marcado pela pandemia COVID-19. Não com os efeitos sentidos em 2020 com a perda de vidas humanas, mas com o que determinou na generalidade das frequências das várias respostas sociais. A evolução da pandemia obrigou a uma constante adaptação dos planos de contingência e, no caso particular da ERPI, a necessidade de ter espaços reservados aos eventuais isolamentos profiláticos, que em todo o ano foram surgindo. Tal obrigação determinada pelas normas emanadas da Direção Geral de Saúde impediu a utilização de muita da capacidade de alojamento existente e a consequente perda de receita, situação que embora com menos amplitude ocorreu em todas as outras respostas sociais.

Não foi possível, ainda não foi possível, a consagração em acordo de cooperação da atualização do que é o adequado para uma melhor resposta em SAD (serviço de apoio domiciliário).

Também o apoio integral ao número de crianças que frequentam o Jardim de Infância não está a ser conseguido.

E a agravar a situação, foram sendo registadas quebras nas frequências, umas pontuais, outras definitivas, que quer na componente dos utentes, quer na da Segurança Social, significou diminuição de receita.

Não obstante, independentemente dessas variações de frequência, assegurar a manutenção do quadro de pessoal como foi consagrado em acordo de cooperação, isto é, como se as respostas sociais estivessem na plenitude da lotação, é uma obrigação que nos é imposta pela Segurança Social.

Estas circunstâncias, a par dos sucessivos aumentos dos preços dos bens e serviços de que necessitamos, determinaram aumento na despesa e diminuição da receita.

Perante a situação vivida, tudo o que esteve ao nosso alcance e foi considerado fazer para alterar positivamente a situação fomos tentando.

Recorremos a todas as específicas medidas criadas pelo Governo em ajuda às instituições, obtendo os inerentes apoios do que nos foi aprovado.

Perante a situação específica derivada do COVID 19 e o preocupante absentismo que fomos registando, é de especial relevo o apoio obtido através das medidas criadas no âmbito do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Perante o que de dramático é a situação vivida, a incapacidade em gerar os meios financeiros para fazer face aos compromissos com trabalhadores e fornecedores, apresentámos em 24 de Setembro uma candidatura ao Fundo de Socorro Social, sobre a qual ainda não terá havido despacho.

E, para melhor orientarmos a gestão da instituição e tomar as medidas adequadas a uma vivência de sã sustentabilidade, solicitámos à CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) um pedido de intervenção do Gabinete de Auditoria para a realização de uma auditoria económico-financeira, pedido esse que foi acolhido e de cujas conclusões nos foi feita uma apresentação em reunião de trabalho ocorrida em finais de Fevereiro último.

Dessas conclusões, que documentalmente ainda não recebemos, pudemos constatar que as mesmas vão ao encontro do que temos procurado manter e também concretizar.

Se o funcionamento das respostas sociais que temos em vigor ocorrer com o número de utentes previstos nos respetivos acordos de cooperação e com a alteração solicitada no SAD (Serviço de Apoio Domiciliário), poder-se-á equacionar o regresso à normalidade desejada. De contrário, será inevitável a adoção de outras medidas de reestruturação.

Medidas que não deixarão de gerar perturbação social, porque este Centro Social e as respostas sociais que proporciona aos respetivos utentes são um compromisso de solidariedade para com a sociedade envolvente, uma obra social que pretendendo ser e é, um fator de coesão social, tem gerado emprego, na sua generalidade a quem era desempregado, desempregado de longa duração ou encontrou aqui o seu primeiro emprego.

Sendo um objetivo de sempre, ele tem de ser visto na justa medida da conciliação da satisfação das necessidades das pessoas com o que são as receitas provenientes das correspondentes prestações de serviços, recursos



estes provenientes das famílias e do Estado, o que na situação atual se tem revelado insuficiente.

Para a concretização da obra "Lar" foi necessário recorrer a capitais alheios, cuja dívida (não correntes), regularmente reduzida nos prazos contratados, ainda ascende a 707.572,32€.

A redução ocorrida em 2021 foi de 66.067,49€.

O resultado do exercício antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foi (negativo) no valor de 20.502,94€;

O resultado operacional (antes de financiamento e impostos) foi (negativo) no valor de 116.297,28€;

O resultado do exercício foi (negativo) no valor de **123.554,11€**.

Aos trabalhadores que estoicamente deram corpo às árduas tarefas que honram o trabalho efetuado e o bom nome da instituição, e têm procurado entender as dificuldades justificativas do impedimento de estar em dia com os compromissos para com eles, aos fornecedores, a todos os que continuaram a estar connosco, dando o seu contributo, compreendendo a difícil situação que atravessamos, sofrendo com as dificuldades que o quotidiano foi gerando, acreditando no valor social da obra social que o Centro Social do Pego em si constitui, cumpre-nos agradecer. Obrigado.

Pego, 22 de Março de 2022

**A Direção**  
*António Mor*  
*Célia Lopes*  
*Joaquim Oliveira*  
*Joaquim Fontinha*  
*Sérgio Horta*